

Enchente de 2024 deixou mais de 1 milhão sem auxílio

Levantamento revela os impactos sociais, econômicos e administrativos da tragédia

Taís Forgearini

tais.forgearini@grupoposinos.com.br

Canoas - Um levantamento do Observatório Unilasalle: Trabalho, Gestão e Políticas Públicas, elaborado a partir de dados da pesquisa especial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), produzida em 2026, traz os impactos após a histórica enchente de maio de 2024 no Rio Grande do Sul.

O boletim especial "Impactos do Evento Socioclimático de 2024 na Região Intermediária de Porto Alegre" organiza um diagnóstico sobre as consequências das cheias em 90 municípios. Além da capital, o recorte abrange cidades como Canoas, São Leopoldo e Novo Hamburgo.

O estudo aponta que 1.381.163 domicílios, cerca de 92,7%, sofreram alguma ocorrência decorrente das cheias. Nesse contexto, 362.666 domicílios receberam auxílio financeiro público no período, isso significa que mais de 1 milhão (73,5%) de domicílios não dispôs de auxílio financeiro público, seja federal, estadual ou municipal.

Os dados evidenciam que a enchente operou em um efeito cascata que paralisou o crescimento, deixando marcas estruturais e gargalos socioeconômicos que ainda se arrastam nos municípios.

O economista e professor da Universidade La Salle, Moisés Waismann, observa os principais fatores que impediram o acesso aos auxílios disponibilizados no período. "A burocracia e a exclusão digital foram determinantes para o alto número de pessoas que não receberam nenhum tipo de benefício social pós-enchente. Sem documentos, a população dependia de forças-tarefa das prefeituras para emissão de novos documentos e cadastramento no Cadastro Único, por exemplo", explica.

Para receber o auxílio emergencial de R\$ 5 mil, do governo federal, o cidadão precisava estar inscrito no Cadastro Único (CadÚnico). Sem documentos, a população dependeu de forças-tarefa presenciais promovidas pelas prefeituras para emissão de novos papéis e cadastramento.

O boletim aponta que a perda de documentos, como RG, CPF e certidões, afetou moradores de 245.104 domicílios. "Algumas divergências de cunho político e administrativo fizeram com que alguns municípios sequer criassem canais eficientes para que a população fizesse o CadÚnico, asfixiando os mais necessitados", destaca Waismann.

Embora em termos de volume de trabalhadores vinculados ao mercado tenha se mantido, o estudo aponta redução na renda após a tragédia.



Waismann



FOTOS: PAULO PIRES/GES-ARQUIVO

Mais de 92% dos domicílios foram impactados em 2024



Remuneração menor

O relatório revela a dimensão socioeconômica do desastre, visto que traz o olhar para a população em idade ativa, dos 14 anos ou mais, totalizando 3.079.777 pessoas entre os 90 municípios. "Quando olhamos para o contingente que desempenhava trabalho remunerado, observamos uma variação absoluta pequena, visto que antes das enchentes, tínhamos 1.794.921 pessoas trabalhando e no período da coleta dos dados o registro foi de 1.793.884, ou seja, temos uma pequena redução, com 1.037 postos de trabalho remunerados a menos", detalha Waismann.

Embora em termos de volume de trabalhadores vinculados ao mercado tenha se mantido, o estudo aponta redução na renda após a tragédia.

Economia e arrecadação em queda

Para Waismann, a tragédia do Rio Grande do Sul não pode ser tratada como um problema individual ou uma fatalidade inevitável.

"Trata-se de um problema coletivo. Cobrar o poder público não é pedir caridade; é exigir responsabilidade de quem foi eleito para gerir o patrimônio de todos", diz.

O descompasso na distribuição de socorro financeiro e renda é apontado como dano não apenas material, mas estrutural.

"Sem poder de compra, o consumo despencou e a economia trava. O comércio local enfraquece e bairros inteiros, como o Mathias Velho, veem suas lojas fecharem."

Na percepção do economista, as linhas de crédito ofertadas para os atingidos são insuficientes. Para ele, sem financiamento a longo prazo, o cidadão comum e o microempreendedor enfrentam uma barreira de burocracia e juros inacessíveis.

"O Estado também perde. Com a atividade econômica paralisada, a própria arrecadação pública diminui, alimentando um ciclo vicioso", conclui.

Empobrecimento coletivo e percepção de piora

A pesquisa também mediu a percepção de bem-estar de 3.736.108 moradores da região no período pós-desastre. Enquanto pouco mais de dois terços declarou estabilidade ou melhora pontual, quase 1 milhão de pessoas afirmaram categoricamente que a vida em geral piorou.

Já na avaliação sobre a capacidade do rendimento total domiciliar para cobrir as despesas mensais, o reflexo negativo foi ainda maior: 1.463.186 responderam uma situação pior que antes da enchente.

"O empobrecimento coletivo e a percepção de piora na qualidade de vida para uma parcela significativa da população indicam um sufocamento da renda. O encarecimento do custo de vida, os gastos imprevistos com limpeza e reformas, e a paralisação do trabalho de autônomos e informais criaram um cenário de asfixia econômica", observa o economista.

Para quase 1 milhão, a vida em geral piorou pós-enchente



Para quase 1 milhão, a vida em geral piorou pós-enchente



Para ler outras matérias, acesse abcm.com.br/canoas

SOLUÇÕES EM SEGURANÇA E MONITORAMENTO ELETRÔNICO

> VIGILÂNCIA > PORTARIA PRESENCIAL > PORTARIA HÍBRIDA > PORTARIA REMOTA > PORTARIA AUTÔNOMA

> SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO MONITORADO > SISTEMA DE ALARMES MONITORADOS > RASTREAMENTO VEICULAR

> SISTEMA DE CÂMERAS INTELIGENTES STV > POSTE DE MONITORAMENTO PERIMETRAL > ARMÁRIO INTELIGENTE > FACILITIES

CANOAS (51) 3477.6822 | NOVO HAMBURGO (51) 3081.8600 | SÃO LEOPOLDO (51) 3553.7744

MARKETING STV